

Nivianne Lima dos Santos Araujo
Ronaldo da Silva Araujo

**QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA ATUAÇÃO
EM AUDITORIA NAS SOCIEDADES
SUPERVISIONADAS PELA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS
PRIVADOS (SUSEP)**

**PREPARATÓRIO PARA O EXAME DE QUALIFICAÇÃO
TÉCNICA CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES
INDEPENDENTES (CNAI)**

Autores:

Nivianne Lima dos Santos Araújo
Mestre em Contabilidade

Ronaldo da Silva Araújo
Mestre em Administração e Controladoria
Professor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr

**QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA ATUAÇÃO
EM AUDITORIA NAS SOCIEDADES
SUPERVISIONADAS PELA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS
PRIVADOS (SUSEP)**

PREPARATÓRIO PARA O EXAME DE QUALIFICAÇÕES
TÉCNICA CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES
INDEPENDENTES (CNAI)

1º edição

Editora Itacaiúnas
Ananindeua - Pará
2020

Conselho editorial / Colaboradores

Márcia Aparecida da Silva Pimentel - Universidade Federal do Pará, Brasil

José Antônio Herrera - Universidade Federal do Pará, Brasil

Márcio Júnior Benassuly Barros - Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Miguel Rodrigues Netto - Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Wildoberto Batista Gurgel - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

André Luiz de Oliveira Brum - Universidade Federal do Rondônia, Brasil

Mário Silva Uacane - Universidade Licungo, Moçambique

Francisco da Silva Costa - Universidade do Minho, Portugal

Ofelia Pérez Montero - Universidad de Oriente- Santiago de Cuba, Cuba

Editora chefe: Viviane Corrêa Santos - Universidade do Estado do Pará, Brasil

Editor e webdesigner: Walter Luiz Jardim Rodrigues - Editora Itacaiúnas, Brasil

Editor e diagramador: Deividy Edson Corrêa Barbosa - Editora Itacaiúnas, Brasil

1ª edição

Editoração eletrônica/ diagramação: Deivid Edson

Organização e preparação de originais: Walter Rodrigues

Projeto de capa: Walter Rodrigues

Bibliotecários Consultados: Odilio Hilario Moreira Junior -
CRB-8/9949 e Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A658 Questões específicas para atuação em auditoria nas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP): preparatório para o exame de qualificação técnica Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) / Nivianne Lima dos Santos Araujo e Ronaldo da Silva Araujo. – Ananindeua, PA : Itacaiúnas, 2020.
68 p. ; PDF ; 2 MB.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-88347-41-6 (Ebook)
DOI: 10.36599/itac-ed1.035

1. Contabilidade. 2. Administração. 3. Questões de exame. I. Araujo, Nivianne Lima dos Santos. II. Araujo, Ronaldo da Silva. III. Título.

CDD 657
CDU 65.012.42

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Contabilidade 657
2. Administração 65.012.42

Sumário

EQT - CNAI - SUSEP - 18ª Edição.....	6
EQT - CNAI24 - SUSEP - 17ª Edição.....	24
EQT - CNAI - SUSEP 16ª Edição	43
GABARITO do EQT – CNAI – SUSEP – 18ª edição.....	61
GABARITO do EQT – CNAI – SUSEP – 17ª edição.....	62
GABARITO do EQT – CNAI – SUSEP – 16ª edição.....	63
REFERÊNCIAS	64

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)

**Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades
supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**

18ª Edição – 2018

1. Considerando as informações abaixo, **CALCULE** o valor do Patrimônio líquido ajustado da Seguradora ABC-CFC S/A (valores em reais).

Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017	R\$1.447.475
Participações em Sociedade Financeiras e Não Financeiras classificadas como investimentos de caráter permanente	R\$48.570
Despesas antecipadas	R\$18.850
Ativos Intangíveis	R\$23.185
Superávit de fluxos de prêmios e contribuições não registrados apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP)	R\$33.675
Prêmios a receber	R\$32.810
Operações com resseguradoras	R\$42.630

- a) R\$1.390.545
- b) R\$1.356.870
- c) R\$1.323.195
- d) R\$1.315.105

2. Considerando as informações abaixo da Seguradora Securittà S/A devidamente auditadas, **CALCULE** o valor da suficiência ou insuficiência de capital.

Patrimônio Líquido Ajustado	R\$3.773.206
Capital Base	R\$15.000
Capital de Risco	R\$1.861.786
Capital Adicional de Risco de Subscrição	R\$1.688.212
Capital Adicional de Risco de Crédito	R\$119.354
Capital Adicional de Risco Operacional	R\$65.274
Capital Adicional de Risco de Mercado	R\$152.976
Correlação entre o Risco de Crédito e Subscrição	(R\$164.030)

- a) Suficiência de R\$1.911.420
- b) Insuficiência de R\$114.396
- c) Suficiência de R\$3.758.206
- d) Insuficiência de R\$2.084.994

3. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando:

- a) for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).
- b) for necessária para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de seus contratos, caso haja previsão contratual.
- c) for constatada insuficiência no Capital Mínimo requerido.
- d) ainda não tiver ocorrido o evento gerador de resgate do título, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial.

4. Para a contratação de auditor independente, a Seguradora deverá atender as regras estabelecidas pela Susep. Julgue os itens abaixo e assinale a opção CORRETA:

- I. No momento da sua contratação, o auditor independente deverá fornecer declaração formal informando que não há impedimento ou incompatibilidade para a prestação do serviço de auditoria independente previstos em normas e regulamentos da CVM, do CFC ou do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Ibracon.
- II. A Seguradora pode contratar auditor contábil independente sendo esta pessoa física ou jurídica, devidamente qualificado e registrado na CVM, para a prestação de serviços de auditoria independente.
- III. A Seguradora não poderá contratar ou manter auditor independente se o montante de honorários e reembolsos de despesas do auditor independente, relativos ao ano-base das demonstrações financeiras objeto da auditoria contábil, representarem um valor igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do faturamento total do auditor independente naquele ano.
- IV. As seguradoras deverão, a cada 5 (cinco) exercícios sociais completos, após emitidos os relatórios dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras encerradas na data-base de 31 de dezembro, promover a

substituição do auditor independente e dos membros responsáveis pela auditoria independente.

Estão **CORRETOS** os itens

- a) I, II e III, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

5. As sociedades, resseguradores e corretores devem desenvolver e implementar, na forma da lei e da regulamentação vigentes, procedimentos de controles internos, efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas, que contemplem a identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos de serem envolvidos em situações relacionadas à lavagem de dinheiro, bem como para prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, com relação aos produtos comercializados, negociações privadas, operações de compra e venda de ativos e demais práticas operacionais. Esses procedimentos de controles internos devem contemplar, no mínimo, uma série de itens, de acordo com as normas vigentes. Julgue os itens abaixo e assinale a opção **CORRETA.**

I. Deve-se formar um grupo de trabalho na área comercial, para o estabelecimento de uma política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, conforme critério estabelecido pelo Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal da Seguradora.

II. Deve-se determinar critérios e implementação de procedimentos de identificação de clientes, beneficiários, terceiros e outras partes relacionadas, e de manutenção de registros referentes a produtos e procedimentos expostos ao risco de servirem à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.

III. Deve-se elaborar um manual e implementar os procedimentos de identificação, monitoramento, análise de risco e comunicação de operações que possam constituir-se em indícios de lavagem de dinheiro ou de financiamento ao terrorismo.

IV. Deve-se elaborar e executar programa de treinamento específico de qualificação dos funcionários para o cumprimento dos regulamentos

referentes à lavagem de dinheiro e à prevenção e combate ao financiamento ao terrorismo.

Estão **CORRETOS** os itens

- a) I, II e III, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

6. Considerando as normas para elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização, podemos afirmar que os títulos de capitalização das Sociedades de Capitalização possuem as seguintes características. Julgue os itens abaixo e assinale a opção CORRETA.

- a) São estruturados para efeitos de comercialização nas modalidades Tradicional, Compra-Programada, Popular e Incentivo.
- b) Relativamente à forma de custeio, somente poderão ser do tipo pagamentos periódicos ou do tipo pagamento único.
- c) Os pagamentos periódicos correspondem ao título que prevê a realização de um pagamento a cada mês da respectiva vigência.
- d) Incluem a cobrança de valores do subscritor e/ou titular com finalidade de transferência do título, independentemente de sua denominação.

7. As Seguradoras deverão elaborar o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para avaliar as obrigações decorrentes dos seus contratos, utilizando critérios estatísticos e atuariais com base em considerações realistas. Julgue os itens abaixo e assinale a opção CORRETA.

- a) A suficiência no TAP deverá ser reconhecida na provisão de excedentes técnicos.
- b) A atualização obrigatória no TAP deve ser efetuada mensalmente e obedecerá a critérios definidos pela Susep.

c) Espera-se que os critérios utilizados pela Sociedade Seguradora no TAP estejam relacionados com os valores de provisões técnicas que tenham apresentado suficiência no último teste realizado.

d) O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

8. A respeito da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC), julgue os itens abaixo e assinale a opção CORRETA.

- I. A provisão é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.
- II. A provisão é constituída após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.
- III. A provisão PMBAC deverá ser constituída para a cobertura de benefícios decorrentes de planos ou produtos estruturados no regime financeiro de capitalização.
- IV. A provisão PMBAC abrange apenas as rendas a vencer, e deverá ser constituída para a cobertura de benefícios decorrentes de planos ou produtos estruturados no regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.
- V. A provisão PMBAC deverá abranger todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos e a ocorrer.

Estão CORRETOS os itens

- a) I, II, III, IV e V.
- b) II, IV e V, apenas.
- c) I e III, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

9. Pode-se afirmar em relação ao Plano de Regularização de Solvência (PRS) que ele:

a) deverá ser enviado à Susep pela supervisionada, visando à recomposição da situação de solvência, quando a insuficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR) for de até 50% ou quando a supervisionada apresentar insuficiência de liquidez em relação ao Capital de Risco (CR).

b) deverá ser enviado à Susep mesmo antes da aprovação pela diretoria e, se houver, pelo conselho de administração ou pelo conselho deliberativo da supervisionada.

c) poderá apresentar o prazo em meses para a solução da insuficiência, além de metas anuais de redução do percentual de insuficiência do PLA em relação ao CMR ou metas semestrais no caso de redução do percentual de insuficiência de liquidez em relação ao CR.

d) deverá ser assinado pelo Comitê de Auditoria Interna.

10. Em relação à escrituração das operações de capitalização, relacione a primeira coluna com a segunda coluna e assinale a opção CORRETA.

1. A contabilização das receitas das operações de capitalização de títulos contratados por meio de pagamento único	() será constituída enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título.
2. A contabilização das receitas referentes aos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos será efetuada	() na emissão do título, para a primeira parcela ou a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas.
3. A provisão matemática para capitalização	() será diferida no período compreendido entre o mês da sua emissão e o de término de vigência ou integral no mês de sua emissão, quando a sociedade de capitalização apresentar estudo técnico comprovando a não relevância das despesas residuais relacionadas aos títulos.
4. A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) deverá ser constituída	() para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

A sequência **CORRETA** é

- a) 4, 3, 2 e 1.
- b) 3, 4, 1 e 2.
- c) 3, 2, 1 e 4.
- d) 1, 3, 2 e 4.

11. Considerando os procedimentos para o registro contábil dos prêmios de resseguro nas Seguradoras, Entidades Abertas de Previdência Complementar e Resseguradores Locais, em relação ao reconhecimento dos prêmios de resseguro é CORRETO afirmar que os:

- a) prêmios dos contratos automáticos não proporcionais e facultativos deverão ser reconhecidos somente no início de vigência.
- b) prêmios de resseguro deverão ser alocados entre os ramos ou grupo de ramos abrangidos pelo contrato, de acordo com a exposição de prêmios estimada pela cedente.
- c) prêmios de resseguro não poderão ser diferidos ao longo dos prazos a decorrer do contrato.
- d) resseguradores locais não poderão ajustar os prêmios dos contratos automáticos proporcionais estimados já reconhecidos, assim que obtiverem informações sobre os prêmios efetivos.

12. Em relação aos procedimentos mínimos a serem observados pelo auditor para a elaboração do relatório circunstanciado sobre a adequação dos controles internos aos riscos suportados pela supervisionada, julgue os itens abaixo e assinale a opção

CORRETA.

- I. A avaliação do ambiente de controle deverá incluir fatores como integridade e valores éticos, competência e experiência dos administradores, planejamento estratégico, aspectos de governança e estrutura organizacional, estilo e filosofia

de administração, atribuição de responsabilidades, práticas e políticas de recursos humanos.

- II. O auditor deverá avaliar a eficácia e a eficiência dos controles internos em relação aos riscos suportados, destacando as deficiências encontradas, levando em consideração os principais processos existentes na supervisionada e abordando o ambiente de controle, a avaliação de riscos, as atividades e procedimentos de controles, os processos de informação e comunicação e a monitoração.
- III. A análise da avaliação de riscos deve incluir a capacidade da supervisionada na análise de fatores internos e externos, e de levar em consideração a probabilidade de ocorrência e o impacto nas operações.
- IV. A avaliação da monitoração deve levar em consideração a independência da auditoria interna, a frequência das inspeções e se a supervisionada implementa suas recomendações.

Estão **CORRETOS** os itens

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

13. As supervisionadas deverão observar em relação à contabilização da Redução ao Valor Recuperável de Ativos algumas condições. Julgue os itens abaixo e assinale a opção CORRETA.

- a) O estudo técnico da Redução ao Valor Recuperável não deve considerar as parcelas vincendas de um devedor em atraso.
- b) Os estudos sobre a redução ao valor recuperável deverão ser atualizados, no mínimo, a cada data de reporte das demonstrações financeiras, e a Susep poderá solicitá-los a qualquer tempo.

- c) As supervisionadas que não tiverem elaborado os estudos para o registro da Redução ao Valor Recuperável deverão efetuar a redução ao valor recuperável, quando o período de inadimplência superar 90 dias da data do vencimento do crédito.
- d) Para os prêmios a receber vencidos relativos a riscos decorridos, a Supervisionada deverá calcular o percentual que será utilizado para calcular a redução ao valor recuperável sobre os créditos vencidos.

14. As demonstrações contábeis da Seguradora Potente apresentam, no ativo, o montante de R\$400.000 correspondente a crédito tributário de diferenças temporárias. Em uma avaliação inicial, podemos identificar que o registro está de acordo com as regras vigentes se:

- a) os créditos tributários são oriundos de diferenças permanentes.
- b) a supervisionada não apresentar histórico de lucros tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme o caso, comprovado pela ocorrência de prejuízos fiscais em, pelo menos, 3 dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- c) os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias ou de prejuízos fiscais de imposto de renda ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro reconhecidos estiverem suportados por estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de 10 anos.
- d) se o valor dos créditos estiver calculado com base nas alíquotas vigentes à época da contabilização dos valores.

UTILIZE AS INFORMAÇÕES ABAIXO PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE N.os 15 E 16

A Seguradora ABC apresentou as seguintes informações em suas demonstrações contábeis e registros auxiliares, incluindo informações divulgadas em notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 201X, sendo:

1- BALANÇO PATRIMONIALValores em
milhares de reais**ATIVO**

Disponível	1.340
Aplicações – Nota 6	130.541
Créditos com operações com seguros e resseguros – prêmios a receber e outros	27.834
Despesas antecipadas	4
Custos de aquisição diferidos	5.486
Total circulante	165.205

NÃO CIRCULANTE

Títulos de crédito a receber	25.367
Aplicações – Nota 6	132.352
Créditos tributários (Prejuízo fiscal e Base Negativa de Contribuição Social)	540
Investimentos em participações societárias	378
Outros investimentos	2
Imobilizado	25.489
Intangível	102
Total Não Circulante	184.230
Total do Ativo	349.435

PASSIVO**Circulante**

Contas a pagar	15.299
Débitos de operações com seguros e resseguros	2.972
Depósitos de terceiros	932
Provisões Técnicas	165.845
Total circulante	185.048

NÃO CIRCULANTE

Provisão para contingências	17.436
Contas a pagar	2.532
Total Não Circulante	19.968

Patrimônio Líquido

Total Passivo e Patrimônio Líquido	349.435
------------------------------------	---------

2 – NOTA EXPLICATIVA**6 – Aplicações****12. Disponível para venda**

Letra Financeira do Tesouro –

LFT Nota do Tesouro Nacional

NTN B Participação no IRB

Nível 1**Nível 2****61.300****42.867**

54.450

6.850

13. Registrado pelo valor justo por meio de resultado

Fundos de investimentos – DPVAT

Fundos de investimentos – VGBL

(exclusivo) Depósito judicial

42.867

84.005

39.865

36.150

7.990

14. Mantidos até o vencimento

Nota de Tesouro Nacional – NTN B

62.365**12.356****Total****62.365****12.356****123.665****139.228**

15. Baseando-se nas informações e considerando que do saldo do Imobilizado, R\$20.000 correspondem a imóveis urbanos, o valor do Patrimônio Líquido Ajustado é:

- a) R\$143.017
- b) R\$143.395
- c) R\$123.395
- d) R\$142.725

16. Baseando-se nas informações acima, o valor da suficiência ou insuficiência das garantias das provisões técnicas é:

- a) Suficiência de R\$46.191
- b) Suficiência de R\$89.058
- c) Suficiência de R\$262.893
- d) Insuficiência de R\$165.845

17. Entre as entidades apresentadas nos itens abaixo, identifique aquelas que não são supervisionadas pela Susep e assinale a opção CORRETA.

- I. Entidades fechadas de previdência complementar.
- II. Seguradoras.
- III. Sociedades de capitalização.
- IV. Resseguradoras locais.
- V. Entidades abertas de previdência complementar.
- VI. Previdência mantidas por Estados e Municípios para seus servidores.

Estão CORRETOS apenas os itens

- a) I, IV, V e VI.
- b) II, IV e VI.
- c) II, III, IV e V.
- d) III, IV, V e VI.

18. O Conselho Nacional de Seguros Privados NÃO considera sociedades ligadas:

- a) a entidade que tem poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta dessas políticas.
- b) as sociedades coligadas, controladas ou equiparadas a sociedades coligadas ou controladas.
- c) as pessoas jurídicas relacionadas por participação, direta ou indireta, de 20% ou mais, por parte dos administradores e respectivos parentes até o segundo grau de uma delas, em conjunto ou isoladamente, no capital da outra.

d) as pessoas jurídicas relacionadas pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

19. Nas seguradoras, quando for constatada a insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, deve ser constituída a:

- a) Provisão de Excedentes Financeiros.
- b) Provisão de Despesas Relacionadas.
- c) Provisão de Excedentes Técnicos.
- d) Provisão Complementar de Cobertura.

20. São exemplos de contratos de seguro:

- a) anuidades e pensões contingentes à vida (isto é, contratos que proporcionam compensação pelo evento futuro incerto — a sobrevivência do segurado ou do pensionista — para ajudar o segurado ou o pensionista a manter um determinado padrão de vida, que, de outra forma, poderia ser adversamente afetado pela sua sobrevivência).
- b) contratos de investimento que têm a forma legal de um contrato de seguro, mas não expõem a seguradora a um risco de seguro significativo, como por exemplo, contratos de seguro de vida em que a seguradora não retém qualquer risco de mortalidade significativo.
- c) contratos que têm a forma legal de seguro, mas passam de volta todo o risco de seguro significativo para o segurado por meio de mecanismos não canceláveis e obrigatórios que ajustam pagamentos futuros por parte do segurado como resultado direto de perdas seguradas.
- d) contratos que exigem um pagamento com base em variável climática, geológica ou outra variável física que não seja específica de uma parte do contrato (normalmente descrita como derivativos do clima).

21. Para cada provisão técnica, as supervisionadas deverão manter nota técnica atuarial com o detalhamento da metodologia de cálculo utilizada, assinada pelo atuário técnico responsável. Julgue os itens abaixo e assinale a opção CORRETA.

- I. A nota técnica atuarial com a metodologia de cálculo deverá ser entregue à Susep no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da solicitação.
- II. A Susep poderá, a qualquer tempo, conforme se faça necessário em cada caso concreto, determinar às supervisionadas a utilização de método específico para o cálculo da provisão técnica.
- III. As supervisionadas não poderão encaminhar à Susep solicitação para a utilização de método próprio.
- IV. A constituição de Outras Provisões Técnicas (OPT) somente poderá ser admitida mediante prévia autorização da Susep, devendo estar prevista em nota técnica atuarial assinada pelo Atuário Técnico Responsável.

Está(ão) **CORRETO(S)** o(s) item(ns)

- a) I, II, III e IV.
- b) III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.

22. No âmbito da SUSEP, as ações, títulos, valores mobiliários ou quaisquer outras obrigações de emissão de partes relacionadas participantes do mercado regulado pela CVM poderão ser considerados como ativos garantidores respeitando os seguintes limites percentuais:

- I. se forem entidade de planos aberto de previdência complementar, em geral, os limites podem ser até 100% em renda fixa ou 100% em renda variável, dentre outros.
- II. se forem Sociedades seguradoras, até 100% em renda fixa ou 40% em imóveis, entre outros.
- III. se forem sociedades seguradoras e de resseguradores locais vinculadas às operações em moeda estrangeira e de seguros de crédito à exportação, até 49%

em renda variável ou 100% em investimentos sujeitos à variação cambial, entre outros.

- IV. se forem sociedade de capitalização ou entidade abertas de previdência complementar, os limites podem ser até 70% em renda fixa e 20% na modalidade outros.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns)

- a) I, III e IV.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) Nenhuma das opções.

23. Uma Sociedade de capitalização tem na composição de seus investimentos os seguintes títulos, a seguir: (i) Na modalidade Renda fixa composta exclusivamente com títulos de crédito securitizados pela Secretaria do Tesouro Nacional - 45%; (ii) Na modalidade renda variável, composta por debêntures com participação nos lucros, ou conversíveis em ações ou permutáveis em ações, cuja oferta de distribuição tenha sido previamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários, ou cujo registro tenha sido, por esta, dispensado - 30%; (iii) Na modalidade Investimentos Sujeitos a Variação Cambial – títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal cuja remuneração seja associada à variação da cotação de moeda estrangeira - 15%; e (iv) Na modalidade imóveis – em cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários - 10%. Assinale a alternativa **CORRETA.**

- a) A composição está correta porque obedecem uma regra padrão de pelo menos 75% dos valores investidos em títulos de renda fixa e renda variável, protegendo o investimento de grandes oscilações do mercado e expondo-os a ganhos diferenciados com as variações normais da bolsa de valores.
- b) A composição da carteira está errada porque o valor investido em títulos de renda fixa é menor que 75% e expõe os investimentos a possíveis perdas com as oscilações normais do mercado.
- c) A composição está errada porque o tipo de investimento em renda fixa e em títulos com variação cambial ultrapassam os limites estabelecidos pelas resoluções.
- d) A composição está certa porque os tipos de investimentos não ultrapassam os limites estabelecidos pelas resoluções.

24. Uma sociedade Resseguradora local com operações em moeda estrangeira e de seguros de crédito à exportação, tem na composição de seus investimentos os seguintes títulos:

- **25% na modalidade Renda fixa exclusivamente, certificados de recebíveis de emissão de companhias securitizadoras.**
- **5% na modalidade Renda Variável, ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação em segmento especial, instituído por bolsa de valores no Brasil, cujo Conselho de Administração tenha um mínimo de três membros com mandato unificado de até dois anos.**
- **20% na modalidade Investimentos Sujeitos a Variação Cambial, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal cuja remuneração seja associada à variação da cotação de moeda estrangeira.**
- **10% na modalidade imóveis, em cotas de fundos de investimento imobiliário (FII).**

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) A composição da carteira de investimento está errada porque está exposta a grandes variações aplicadas em títulos sujeitos a variação (Renda Variável e sujeitos a variação cambial) em um percentual total acima de 60%.
- b) A composição está correta porque obedecem uma regra padrão de pelo menos 35% dos valores investidos em títulos de renda fixa e carteira imobiliária, protegendo o

investimento de grandes oscilações do mercado e expondo-os a ganhos diferenciados com as variações normais da bolsa de valores e do câmbio.

c) A composição dos investimentos está correta, pois atende plenamente os limites estabelecidos pelas resoluções.

d) A composição da carteira está errada porque o valor investido em títulos de renda fixa é menor que 50% e expõe os investimentos a possíveis perdas com as oscilações normais do mercado.

25. Uma Entidade Aberta de Saúde Complementar deve observar os seguintes Limites de

Alocação por Investimento:

- I. Até 100% em títulos da dívida pública mobiliária federal de uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários.
 - II. Até 100% em títulos da dívida pública mobiliária federal, no entanto, deve observar o limite de 20% por classe ou série de título ou valores mobiliários.
 - III. Até 25% de uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários, excetuando-se, dentre outros, ações e recibos de subscrição de ações.
 - IV. Não há limites de alocação por investimento. O que deve ser observado são os limites máximos por modalidade de investimento, ou seja, Renda Fixa, Renda Variável, Sujeitos a variação cambial, imóveis e outros.
 - V. Até 5% de um mesmo Certificado de Operações Estruturadas com valor nominal em risco. Estão **CORRETOS** apenas os itens
- a) I, II e IV.
 - b) II e V.
 - c) II, III e IV.
 - d) I, III e V.

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)**

**Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades
supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**

17ª Edição - 2017

1. Em relação ao Plano de Regularização de Solvência (PRS), julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. O PRS deverá ser apresentado pela supervisionada, sempre que for apurada insuficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e o Capital Mínimo Requerido (CMR).

II. O prazo máximo para a apresentação do PRS à Susep é de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da constatação da insuficiência do PLA em relação ao CMR.

III. O PRS deverá ser submetido à aprovação pela diretoria e, se houver, pelo conselho de administração ou conselho deliberativo da supervisionada, bem como sujeitar-se-á a deliberação da Diretoria de Supervisão de Solvência da Susep.

IV. O PRS deverá identificar os fatores que contribuíram para a insuficiência do PLA em relação ao CMR.

V. O PRS será objeto de avaliação dos auditores independentes os quais deverão emitir relatório circunstanciado sobre a adequação das propostas de ações corretivas a serem adotadas pela supervisionada, conforme previsto na Regulamentação da Susep.

Assinale a sequência CORRETA:

a) V, F, V, V, F.

b) V, F, V, F, V.

c) F, V, V, F, F.

d) F, F, V, V, F.

2. As supervisionadas deverão constituir, mensalmente, as provisões técnicas previstas, quando necessárias. No caso dos Resseguradores Locais, a Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG) deve:

e) ser constituída para cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas incorridos.

f) ser calculada líquida das operações de retrocessão.

- g) contemplar ajustes para variação cambial.
- h) contemplar estimativa para os contratos emitidos vigentes.

3. As operações de transferência de carteira de capitalização, previdência complementar aberta, resseguros e seguros deverão ser registradas de acordo com os critérios estabelecidos pela regulamentação da Susep.

Com relação aos critérios aplicáveis à cessionária, julgue os itens abaixo, relativos aos critérios aplicáveis à cessionária, como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. O valor recebido que exceda o saldo da Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) deverá ser considerado como prêmio de seguro, registrado em subconta específica como complemento de provisão e apropriado ao resultado durante o prazo restante do período de vigência das apólices.
- II. O valor recebido que exceda o saldo da PPNG deverá ser considerado como prêmio de seguro, registrado em subconta específica como complemento de provisão e apropriado ao resultado do exercício na data de operação.
- III. Caso o valor recebido da cedente seja inferior ao saldo da PPNG, a correspondente diferença deverá ser registrada no Ativo Circulante, em subconta distinta, no grupo de Custos de Aquisição Diferidos, e apropriada ao resultado durante o prazo restante do período de vigência das apólices.
- IV. Todos os direitos e obrigações recebidos em função da aquisição da carteira deverão ser registrados em contas próprias.
- V. A cessionária deverá obter junto a cedente todos os dados históricos relacionados às operações recebidas em transferência, necessários aos eventuais cálculos de provisões técnicas.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) F, F, V, V, V.
- b) F, V, F, V, V.

c) V, F, V, V, V.

d) F, F, F, V, V.

4. As sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização ou ressegurador local, direta ou indiretamente podem:

- a) realizar operações com derivativos que gerem, a qualquer tempo, exposição superior ao total das posições à vista.
- b) realizar operações com derivativos na modalidade, “sem garantia”.
- c) realizar operações de venda de opção a descoberto.
- d) investir recursos no exterior previstos em regulamentação do Conselho Monetário Nacional.

5. Em uma operação de cosseguro três seguradoras assumiram uma responsabilidade de R\$150.000,00. Considerando que a Seguradora A é a seguradora líder e assumiu 50% (cinquenta por cento) do risco, a seguradora B assumiu 30% (trinta por cento) do risco e a seguradora C detém 20% (vinte por cento) do risco, bem como supondo-se que o cálculo do prêmio de seguro é de 10% (dez por cento) sobre a importância segurada. Calcule o prêmio de seguro de cada uma delas e a parcela de indenização, considerando a ocorrência de um sinistro no valor de R\$10.000,00.

Considerando as seguintes alternativas, assinale a opção CORRETA.

- I. O valor do prêmio de seguro é de R\$7.500,00 para a seguradora A; R\$4.500,00 para seguradora B e; R\$3.000,00 para seguradora C.
- II. O valor da indenização é de R\$5.000,00 para seguradora A; R\$3.000,00 para seguradora B e; R\$2.000,00 para seguradora C.
- III. O valor do prêmio de seguro é de R\$5.000,00 para a seguradora A; R\$3.000,00 para seguradora B e; R\$2.000,00 para seguradora C.
- IV. A importância segurada é de R\$150.000,00.

Está(ão) CERTO(S) apenas o(s) item(ns):

- a) I, II e IV.
- b) I, III e IV.
- c) III.
- d) II e III.

6. Entre as operações realizadas por seguradoras, destacam-se as operações de cosseguro e resseguro, em que os riscos são transferidos entre as seguradoras. Da mesma forma que o seguro viabiliza negócios, o resseguro viabiliza o seguro.

Considerando os tipos de operações realizadas e os registros contábeis pertinentes, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

<u>Operações realizadas</u>		<u> Lançamentos contábeis (débito)</u>	<u> Lançamentos contábeis (crédito)</u>
1. Cancelamento de prêmio de cosseguro cedido	()	Prêmios de cosseguros a congêneres (resultado)	Prêmio de cosseguro cedido emitido (passivo)
2. Cancelamento de prêmio de resseguro cedido	()	Prêmios resseguros cedidos (resultado)	Prêmios resseguros emitidos (passivo)
3. Prêmio de resseguro	()	Prêmio de resseguro emitido (passivo)	Cancelamento prêmio de resseguro cedido (resultado)
4. Prêmio de cosseguro cedido	()	Prêmios de cosseguros cedidos emitidos (passivo)	Cancelamento de prêmios cosseguros cedidos a congêneres (resultado)
5. Comissão sobre prêmio de resseguro	()	Resseguro a liquidar – prêmio (passivo)	Comissão de prêmios cedidos em resseguros (passivo)

- e) 1, 2, 3, 4, 5.
- f) 4, 3, 2, 1, 5.
- g) 1, 3, 2, 4, 5.
- h) 4, 2, 3, 1, 5.

Utilize as informações abaixo para responder as questões 7, 8 e 9.

A Seguradora ABC S.A. apresentou as seguintes informações em suas demonstrações contábeis e registros auxiliares, incluindo informações divulgadas em notas explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 201X, sendo:

1- BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em
milhares de reais

ATIVO

Disponível	1.013
Aplicações – Nota 6	114.725
Créditos com operações com seguros e resseguros – prêmios a receber e outros	26.519
Despesas antecipadas	3
Custos de aquisição diferidos	6.042
Total circulante	148.302
NÃO CIRCULANTE	
Títulos de crédito a receber	22.876
Aplicações – Nota 6	137.331
Investimentos em participações societárias	204
Outros investimentos	3
Imobilizado	1.625
Intangível	89
Total Não Circulante	162.128
Total do Ativo	310.430

PASSIVO

Circulante	
Contas a pagar	16.612
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.878
Depósitos de terceiros	1.224
Provisões Técnicas	149.095
Total circulante	168.809
NÃO CIRCULANTE	
Provisão para contingências	14.962
Contas a pagar	1.462
Total Não Circulante	16.424
Patrimônio Líquido	125.197
Total Passivo e Patrimônio Líquido	310.430

2 – NOTA EXPLICATIVA**6 – Aplicações**

	Nível 1	Nível 2
a) Disponível para venda	100.861	16.468
Letra Financeira do Tesouro – LFT	96.610	
Nota do Tesouro Nacional NTN B	4.251	
Participação no IRB		16.468
b) Registrado pelo valor justo por meio de resultado		76.840
Fundos de investimentos – DPVAT		52.503
Fundos de investimentos – VGBL (exclusivo)		24.171
Depósito judicial		166
c) Mantidos até o vencimento	45.923	11.964
Nota de Tesouro Nacional – NTN B	45.923	11.964
Total	146.784	105.272

3 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Capital adicional de Risco de subscrição	25.715
Capital adicional de Risco de crédito	2.315
Capital adicional de Risco operacional	572
Capital Base	15.000

7. Baseado-se nas informações, o valor da suficiência ou da insuficiência das garantias das provisões técnicas é:

- 28.440 de suficiência.
- 102.961 de suficiência.
- 2.311 de insuficiência.
- 43.823 de insuficiência.

8. Baseado-se nas informações e considerando-se a taxa Selic de 14,50% (quatorze vírgula cinquenta por cento), bem como admitindo-se possíveis mudanças nos rendimentos a base de 50% (cinquenta por cento) em caso de ganhos e de 25% (vinte e cinco por cento) para perdas, respectivamente, a análise de sensibilidade em relação à variabilidade dos instrumentos financeiros é de:

- 54.822 e 27.411.

- b) 18.274 e 45.685.
- c) 27.411 e 45.685.
- d) 54.822 e 18.274.

9. Baseando-se nas informações e considerando-se o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), a suficiência de capital (PLA-CMR) é:

- 15. 97.380.
- 16. 125.197.
- 17. 27.519.
- 18. 97.678.

10. De acordo com as orientações da Susep ao mercado são passíveis de serem classificados no ativo intangível os gastos com:

- a) telemarketing programado.
- b) celebração de parcerias de exclusividade e acesso a ponto de vendas.
- c) remuneração da equipe de subscrição.
- d) comissões pagas a corretores.

11. A contratação do auditor contábil independente pelas entidades supervisionadas está sujeita a regras estabelecidas pela Susep.

Julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. As supervisionadas somente podem contratar auditores contábeis independentes, pessoa jurídica, registrados na CVM.

- II. O auditor contábil independente deverá disponibilizar, quando solicitado pela Susep, documento contendo a sua política de independência.
- III. No momento da sua contratação, o auditor contábil independente deverá disponibilizar para a supervisionada ou seu comitê de auditoria contábil documento contendo a sua política de independência.
- IV. As supervisionadas não podem contratar ou manter o auditor contábil independente se o pagamento de honorários pela supervisionada, isoladamente, relativos a trabalhos no ano-base das demonstrações contábeis for igual ou superior a 20% (vinte por cento) do faturamento total do auditor independente naquele ano.
- V. No momento da contratação, o auditor independente deverá fornecer declaração formal, informando que não está impedido para a prestação do serviço de auditoria contábil independente, de acordo com as normas da CVM, CFC e Ibracon.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, V, V, F, V.
- b) V, F, V, V, F.
- c) F, F, V, V, F.
- d) V, F, V, V, F.

12. As supervisionadas deverão solicitar ao atuário independente que produza o parecer atuarial. Dessa forma, o parecer atuarial NÃO deverá:

- a) conter avaliação conclusiva a respeito da adequação das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão.
- b) ser publicado separadamente das demonstrações contábeis anuais.
- c) abranger demais situações relevantes verificadas nas análises e estudos realizados.
- d) conter manifestação sobre a qualidade dos dados que serviram de base para a elaboração da auditoria atuarial independente.

13. Assinale, entre as situações a seguir, a opção que NÃO se caracteriza como descumprimento dos requisitos de independência da auditoria atuarial.

- a) Existência, por parte de membro responsável pela auditoria atuarial independente, de interesse financeiro direto, imediato ou mediato, ou substancial interesse financeiro indireto na sociedade supervisionada, compreendida a intermediação de negócios de qualquer tipo e a realização de empreendimentos conjuntos.
- b) Existência de membro responsável pela auditoria atuarial independente que possua ou que tenha mantido, nos últimos 2 (dois) anos, relação de trabalho, direta ou indireta, como empregado, administrador ou colaborador assalariado da sociedade supervisionada.
- c) Participação acionária, direta ou indireta, de membro responsável pela auditoria atuarial independente na sociedade supervisionada ou em alguma de suas controladas, coligadas ou equiparadas à coligada.
- d) Participação na prestação de serviços de auditoria atuarial independente de membro responsável pela auditoria atuarial efetuada, o qual retornou na mesma supervisionada após decorridos 3 (três) anos de sua substituição.

14. A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é uma provisão técnica que deverá ser constituída pelas sociedades de capitalização. Julgue as opções abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. A PMC deverá ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título.
- II. A PMC abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial.
- III. O fato gerador da constituição da PMC será a emissão do título, quando se tratar de título de capitalização por meio de pagamento único ou quando se tratar da primeira parcela de título de capitalização contratado por meio de pagamentos mensais ou periódicos.
- IV. O fato gerador da constituição da PMC será a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, em relação às demais parcelas após a primeira.
- V. O fato gerador da constituição da PMC é o mesmo fato gerador da contabilização das receitas das operações de capitalização definido pelas normas contábeis.

Estão **CERTOS** apenas os itens:

- a) I, III e IV.
- b) I e V.
- c) I, II e V.
- d) I, II, III e IV.

15. Acerca da contabilização da proposta de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, conforme determinação da Susep e previsto da Interpretação Técnica ICPC 08 (R1), julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

I. Devido a características especiais da legislação societária brasileira, o dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto ou na Lei, deve ser registrado como uma obrigação na data do encerramento do exercício.

II. Qualquer declaração de dividendo adicional ao previsto, legal ou estatutariamente, antes da data da autorização de emissão das demonstrações contábeis do exercício, também deve ser registrada como obrigação na data de encerramento do exercício.

III. Os juros sobre capital próprio (JCP), criado pela legislação tributária e incorporado ao ordenamento societário brasileiro, consiste numa distribuição aos acionistas, podendo ser imputado ou não ao dividendo mínimo obrigatório.

IV. O valor do tributo retido na fonte que a companhia, por obrigação da legislação tributária, deva reter e recolher não pode ser considerado quando se imputam os juros sobre capital próprio (JCP) ao dividendo obrigatório.

V. Os juros referentes à remuneração sobre o capital próprio, pagos ou creditados, devem ser registrados nos grupos de Outras Despesas ou Receitas Financeiras.

A sequência **CORRETA** é:

- a) V, F, V, F, F.
- b) V, V, V, V, V.
- c) V, F, V, V, V.

d) V, F, V, V, F.

16. Na prestação de serviços de auditoria contábil independente para as supervisionadas, deverão ser observadas as normas e procedimentos de auditoria contábil determinadas pela CVM, CFC e Ibracon, subsidiariamente às normas do CNSP e da Susep.

Com relação aos relatórios que as supervisionadas deverão solicitar ao auditor contábil independente para que este os produza, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. As supervisionadas deverão solicitar o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.

II. As supervisionadas deverão solicitar o relatório circunstanciado sobre a adequação dos procedimentos contábeis e das práticas de divulgação de informações nas demonstrações financeiras contendo comentários e, se solicitado pela Susep, o plano de ação da supervisionada para solucionar as inadequações apontadas, bem como os prazos para o cumprimento das ações propostas.

III. As supervisionadas deverão solicitar o relatório de auditoria contábil sobre a avaliação pelo auditor contábil independente dos Questionários Trimestrais contidos no Formulário de Informações Periódicas, contendo a descrição dos procedimentos previamente acordados e as conclusões alcançadas em cada questão.

IV. As supervisionadas deverão solicitar o relatório circunstanciado sobre a adequação dos controles internos aos riscos suportados pela supervisionada, relatando as deficiências identificadas no curso dos trabalhos de auditoria contábil, bem como, quando for o caso, recomendações destinadas a sanar as deficiências.

Estão CERTOS os itens:

a) I, II e IV, apenas.

b) I e III, apenas.

c) I, II, III e IV.

d) I e II, apenas.

17. De acordo com o previsto na Resolução CNSP nº 321/15, é vedado à Seguradora EAPC, Sociedade de Capitalização ou Ressegurador Local:

- a) realizar quaisquer operações com derivativos.
- b) investir quaisquer recursos no exterior.
- c) realizar quaisquer operações comerciais, financeiras ou imobiliárias.
- d) prestar quaisquer fiança, aval ou aceite.

18. As atividades das entidades supervisionadas pela Susep estão associadas a um elevado grau de risco.

Relacione a natureza do risco descrita na primeira coluna, com sua definição, na segunda coluna e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- 1. Risco de Subscrição () Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.
- 2. Risco de Mercado () Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.
- 3. Risco Legal () Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos das supervisionadas.
- 4. Risco de Crédito () Possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.
- 5. Risco Operacional () Possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

A sequência CORRETA é:

- a) 1, 4, 2, 5, 3.

- b) 5, 4, 2, 3, 1.
- c) 5, 4, 1, 2, 3.
- d) 1, 4, 2, 3, 5.

2. A redução ao valor recuperável de ativos financeiros deve ser constituída com base em estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência.

A aplicação dos estudos técnicos deve ser realizada mensalmente e deverá ser mantida documentação que permita a sua replicação pelos auditores independentes.

Julgue os procedimentos mínimos adicionais que devem ser adotados e documentados por ocasião da elaboração dos estudos técnicos de redução ao valor recuperável e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Deve-se adotar a revisão da metodologia, no mínimo, a cada período de reporte ou quando houver indicação de alteração nas características do negócio ou dos recebimentos.
- II. Deve-se adotar a utilização de base de dados histórica que permita a verificação do histórico de perdas e dos riscos de inadimplência.
- III. Deve-se adotar o acompanhamento dos valores a receber por período suficiente para que haja estabilidade nos recebimentos.
- IV. Deve-se adotar a criação de grupamentos de análise que melhor reflitam a característica de negócios da supervisionada.
- V. Deve-se adotar o tratamento utilizado para as parcelas vincendas de um devedor em atraso.

Está(ão) CERTO(S) o(s) item(ns):

- a) II, III e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I e V, apenas.
- d) I, II, III, IV e V.

20. A Seguradora ABC constituída em 20X1 vem apresentando prejuízos sucessivos decorrentes de sua atividade operacional e sem previsão de recuperação destes no curto prazo.

Conforme confirmado nos livros fiscais (e-LALUR e e-LACS – ECF), o montante de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativos e de ativos fiscais diferidos, não reconhecidos na contabilidade foram os seguintes:

Exercícios	Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas		Ativos fiscais diferidos não reconhecidos na contabilidade	
	Prejuízos Fiscais - IRPJ	Bases de cálculo negativas - CSLL	IRPJ 15%	CSLL 9%
20X2	72.000	72.000	10.800	6.480
20X3	50.000	50.000	7.500	4.500
20X4	65.000	65.000	9.750	5.850
20X5	75.000	75.000	11.250	6.750
TOTAL	262.000	262.000	39.300	23.580

Para reverter esta situação deficitária, a administração da Seguradora contratou uma consultoria para reestruturar seus negócios. Surpreendentemente, suas receitas deslançaram no ano 20X6 e apurou lucros tributáveis em montante capaz de absorver a totalidade dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas dos exercícios anteriores.

Considerando o enunciado acima, avalie e julgue os procedimentos contábeis descritos como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. Deveria apresentar os valores a compensar relativos a exercícios de X1 a X5 em nota explicativa às demonstrações contábeis, considerando a possibilidade de compensação desses créditos tributários, em exercícios futuros.

II. Os montantes dos créditos tributários consignados na nota explicativa, como sendo a melhor estimativa de possível compensação futura, foram corretamente calculados pelas alíquotas de 15% para o IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e 9% para a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

III. No exercício de 20X6, a Seguradora ABC deverá reconhecer os valores a compensar no montante de R\$39.300,00 – IRPJ e R\$23.580,00 – CSLL, como ajuste de exercícios anteriores, e o diferencial de alíquota (adicional do IRPJ – 10%) no montante de R\$26.200,00 no resultado do exercício como mudança de estimativa contábil.

IV. No exercício de 20X6 deverá reconhecer o montante de R\$65.500,00 – IRPJ a compensar e R\$23.580,00 – CSLL a compensar no resultado do exercício, considerando mudança de estimativa contábil.

V. Deverá considerar o montante dos valores a compensar como redução do valor dos tributos devidos no exercício de 20X6 – reconhecendo a provisão do IRPJ e CSLL do exercício, pelo valor líquido.

A sequência **CORRETA** é:

- a) V, V, V, F, F.
- b) V, V, F, V, F.
- c) V, V, F, F, V.
- d) V, F, F, V, F.

21. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) deverá ser constituída pelos Resseguradores

Locais para cobertura dos valores:

- a) A pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer.
- b) A liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados.
- c) A liquidar relativos a sinistros avisados.
- d) Assumidos pelos Resseguradores Locais.

22. Em relação ao cálculo dos Capitais de Riscos e as Respectivas Transferências destes Riscos nas Transformações Societárias, julgue os itens abaixo como Verdadeiros

(V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Para a supervisionada que incorporar outra supervisionada ou for criada a partir de fusão entre supervisionadas, as parcelas do capital de risco cujos cálculos dependem de informações de períodos anteriores à combinação de negócios serão calculadas, considerando-se a agregação dos históricos individuais de cada uma das supervisionadas que se combinaram.

II. Para a supervisionada que transferir ou receber operações de outra supervisionada através de cisão ou de transferência de carteira, as parcelas do capital de risco cujos cálculos dependem de informações de períodos anteriores à transferência/cisão serão calculadas considerando-se o histórico de operações das carteiras transferidas/cindidas.

III. Para a supervisionada que se transformar de seguradora em EAPC, ou vice-versa, as parcelas do capital de risco cujos cálculos dependem de informações de períodos anteriores à transformação serão calculadas, considerando-se o histórico de operações da supervisionada que lhe deu origem.

IV. A supervisionada que receber carteira, incorporar outra supervisionada ou parcela cindida de supervisionada ou for criada por meio de fusão ou cisão deverá, até o dia 10 do mês seguinte ao da conclusão da operação, protocolar expediente na Susep comunicando o fato à Coordenação-Geral de Monitoramento de Solvência (CGSOA).

A sequência **CORRETA** é:

a) V, V, V, F.

b) F, V, V, F.

c) V, V, F, F.

d) V, V, V, V.

23. A manutenção da habilitação dos auditores independentes para exercerem suas atividades de auditoria nas sociedades supervisionadas pela Susep é comprovada por meio de alguns indicadores.

Com relação a esse assunto, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. É comprovada a partir do exercício das funções de auditoria independente em sociedades supervisionadas pela SUSEP.

II. É comprovada a partir do cumprimento dos requisitos pertinentes a Educação Profissional Continuada previstos na NBC PG 12.

III. É comprovada a partir do cumprimento de, no mínimo, 10 (dez) pontos anuais em Educação Profissional Continuada relacionada a atividades específicas relativas à auditoria independente das sociedades supervisionadas.

IV. É comprovada a partir do cumprimento, no mínimo, de 40 (quarenta) pontos anuais, dos quais, no mínimo, 10 (dez) pontos anuais em Educação Profissional Continuada relacionada a atividades específicas relativas à auditoria independente das sociedades supervisionadas.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, V, V, F.
- b) V, V, V, F.
- c) V, V, V, V.
- d) F, F, V, F.

24. A Seguradora ABC enquadrrou um evento como outras despesas operacionais e o contrato desta seguradora com o ressegurador prevê cobertura para causas judiciais extracontratuais. Considerando as alternativas abaixo, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e assinale a opção **CORRETA.**

I. Para a Seguradora ABC, esse valor pode ser oferecido como redutor da necessidade de cobertura das provisões técnicas e afetar a composição dos sinistros retidos.

II. Existem contas específicas, tanto no ativo quanto no resultado, para segregar os valores dos ativos de resseguro relacionados a outros passivos que não provisões técnicas.

III. Para o cessionário, trata-se de uma operação relacionada ao contrato e à natureza da sua operação e, portanto, deve ser contabilizado como sinistro.

IV. Esse valor a recuperar não será base para o cálculo do capital de risco de crédito.

Estão **CERTOS** os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

25. De acordo com a regulamentação da Susep, as sociedades, resseguradoras e corretores devem desenvolver e implantar procedimentos e controles internos para prevenir a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo. Julgue os itens abaixo como verdadeiros (V) ou falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. As sociedades, resseguradoras e corretora não podem contratar operações com pessoas politicamente expostas.

II. Os procedimentos de controles internos contemplam a elaboração de programa anual de auditoria interna para verificar o cumprimento dos demais procedimentos.

III. A critério da Susep, o programa anual de auditoria interna pode ser aplicado pela auditoria interna ou por auditores independentes.

IV. A manualização dos procedimentos, bem como a execução de programa de treinamento específico de qualificação dos funcionários, integra o rol de controles internos requeridos.

V. São considerados como pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado nos últimos 5 (cinco) anos anteriores, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Assinale a sequência CORRETA:

a) V, F, V, V, V.

b) F, V, F, V, V.

c) V, V, V, V, V.

F, V, F, V, F.

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)**

**Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades
supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**

16ª Edição - 2016

1) Considerando o disposto na Circular Susep nº 249/04, em relação à atividade de auditoria interna, assinale a opção CORRETA.

- a) Pode ser exercida por um auditor independente, desde que não seja responsável pela auditoria das demonstrações contábeis.
- b) Somente pode ser exercida por unidade própria subordinada ao conselho de administração ou diretoria da entidade.
- c) Não integra o sistema de controles internos por ser considerada atividade autônoma destinada a revisar os demais controles internos.
- d) Pode ser exercida por auditor independente desde que seja subordinado ao conselho de administração ou diretoria da entidade.

2) O Art. 4º da Circular Susep nº 249/04 dispõe que o acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles internos deve ser objeto de relatórios emitidos periodicamente. Sobre esta norma, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Nos relatórios, deve constar, necessariamente, o detalhamento dos programas de trabalho da auditoria, aplicados nos exames.**
- II. Nos relatórios, devem constar, necessariamente, as conclusões dos exames efetuados.**
- III. Nos relatórios, devem constar, necessariamente, as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento do respectivo cronograma de saneamento.**
- IV. Nos relatórios, deve constar, necessariamente, a referência aos papéis de trabalho onde constam as recomendações a respeito das eventuais falhas apuradas.**
- V. Nos relatórios, deve constar, necessariamente, a manifestação dos responsáveis pelas áreas onde foram, anteriormente, verificadas as deficiências e indicação das medidas efetivamente adotadas para saná-las.**

Estão CERTOS apenas os itens:

- a) I, II e IV.
- b) II, III e V.
- c) II, III e IV.
- d) I, II, III e IV.

3) A Circular Susep nº 344/07 dispõe sobre os controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. É atribuição específica dos auditores independentes das demonstrações contábeis prevista na referida Circular:

- a) elaborar relatório circunstanciado sobre os critérios adotados e os procedimentos implementados pela entidade para avaliação da exposição aos riscos de serem objeto de fraudes em relação às práticas operacionais e produtos comercializados.
- b) validar a estrutura de controles internos específicos desenvolvida e implementada pela entidade para tratar dos riscos de fraude identificados.
- c) validar anualmente os estudos elaborados pela entidade sobre o risco de fraudes com relação aos produtos e suas práticas operacionais.
- d) elaborar e executar programa de auditoria interna que verifique o cumprimento dos procedimentos requeridos pela estrutura de controles internos.

4) De acordo com a Circular Susep nº 365/08, os títulos de capitalização das sociedades de capitalização serão estruturados, em quatro modalidades, para efeitos de comercialização.

Sobre esse assunto, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

Modalidade do Título	Definição do Título
1. Tradicional	() Está vinculado a um evento promocional de caráter comercial instituído pelo subscritor.
2. Compra-programada	() Tem por objetivo restituir ao titular, ao final do prazo de vigência, no mínimo, o valor total dos pagamentos efetuados pelo subscritor, desde que todos os pagamentos previstos tenham sido realizados nas datas programadas.
3. Popular	() Garante ao titular, ao final da vigência, o recebimento do valor de resgate em moeda corrente nacional, sendo disponibilizada ao titular a faculdade de optar, se este assim desejar e sem qualquer outro custo, pelo recebimento do bem ou serviço referenciado na ficha de cadastro, subsidiado por acordos comerciais celebrados com indústrias, atacadistas ou empresas comerciais.
4. Incentivo	() Tem por objetivo propiciar a participação do titular em sorteios, sem que haja devolução integral dos valores pagos.

A sequência **CORRETA** é:

- a) 3-2-1-4.
- b) 4-3-1-2.
- c) 3-4-2-1.
- d) 4-1-2-3.

5) A elaboração e execução de programa anual de auditoria interna, que verifique o cumprimento dos procedimentos de controle interno específicos para combate dos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, são previstos na Circular Susep nº 445/12. Com relação a esse depósito, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

I. Pode ser feita a critério da sociedade pelos integrantes do departamento de auditoria interna.

II. Pode ser feita a critério da sociedade pelos auditores independentes.

III. Pode ser feita a critério da sociedade pelo comitê de auditoria.

IV. Pode ser feita a critério da sociedade pelos membros do Conselho Fiscal.

Está(ão) **CERTO(S)** o(s) item(ns):

- a) I, apenas.
 - b) I e III, apenas.
 - c) , III e IV, apenas.
 - d) I e II, apenas.
- 6) Em relação à distribuição, à comercialização e às demais operações realizadas pelas sociedades de capitalização, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.**

I. Distribuidor de título de capitalização é a pessoa física ou jurídica que realiza a intermediação entre a sociedade de capitalização e o canal de venda dos títulos de capitalização.

II. A prestação de serviço pelo distribuidor é uma atividade autônoma, sem subordinação ou exclusividade, neste último caso, respeitada a área territorial definida em contrato, não gerando nenhum vínculo de emprego entre as partes, sociedade de capitalização e distribuidor, nem entre os empregados e/ou prestadores de serviços do distribuidor em relação à sociedade de capitalização e vice-versa.

III. A relação da sociedade de capitalização com o distribuidor deverá estar materializada em contrato particular, previamente ao início das operações, devendo contemplar a realização de auditoria nas atividades dos distribuidores, vinculados à oferta dos títulos de capitalização.

IV. A provisão matemática para resgate de um título deverá considerar atualização monetária e juros, a partir da data de vigência.

V. A sociedade de capitalização poderá se apropriar da provisão matemática dos títulos suspensos ou caducos por inadimplência dos pagamentos, devendo colocar à disposição do titular, independentemente do número de pagamentos efetuados, o valor de resgate após o prazo de carência, ainda que a inadimplência ocorra em data anterior ao prazo de carência fixado.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, V, F, F, V.
- b) F, V, V, V, F.
- c) V, F, F, V, V.
- d) V, F, V, F, V.

7) Acerca das seguradoras, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. As seguradoras, as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e os resseguradores locais poderão oferecer direitos creditórios como ativos garantidores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

II. Os valores de direitos creditórios correspondem ao montante de prêmios a receber, referente as parcelas não vencidas, na proporção dos prazos dos riscos a decorrer, considerando cada parcela na data-base de cálculo.

III. Poderão ser considerados para apuração dos valores de direitos creditórios, as parcelas a vencer cujo risco já tenha decorrido e as parcelas vencidas e não pagas.

IV. A base de cálculo utilizada para apuração dos valores dos direitos creditórios deve corresponder à mesma base de cálculo da Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG).

V. As seguradoras e os resseguradores locais que utilizarem direitos creditórios referentes a riscos vigentes e não emitidos deverão manter estudo atualizado detalhado em nota técnica atuarial que comprove a adequação e a consistência do saldo constituído.

A sequência **CORRETA** é:

- a) V, V, F, F, V.

b) V, V, F, F, F.

c) V, V, V, V, V.

d) V, V, F, V, V.

8) São ativos redutores da necessidade de cobertura de suas provisões técnicas que poderão ser utilizados pelas seguradoras, Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e resseguradores locais. A esse respeito, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção

CORRETA.

I. Créditos com a cessionária em um contrato de resseguro ou retrocessão.

II. O valor, respectivamente, dos prêmios de resseguro diferidos e dos prêmios de retrocessão diferidos, diretamente relacionados às provisões técnicas da cedente, líquidos de montantes pendentes de pagamento à contraparte, vencidos e a vencer.

III. Depósitos judiciais relacionados às provisões técnicas.

IV. Custos de aquisição diferidos referentes às despesas de corretagem, efetivamente liquidadas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial e diferidas de acordo com a vigência de cada risco.

V. O valor da parcela da insuficiência das provisões técnicas, apurada no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de responsabilidade de cessionária em um contrato de resseguro a retrocessão.

a) F, F, V, V, F.

b) V, F, F, V, F.

c) V, V, V, V, V.

d) V, V, F, F, F.

9) As seguradoras deverão elaborar o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para avaliar as obrigações decorrentes dos seus contratos, utilizando critérios estatísticos e atuariais com base em considerações realistas. Com relação a esse assunto, assinale a opção CORRETA.

- a) A insuficiência no Teste de Avaliação de Passivos (TAP) deverá ser reconhecido na Provisão de Despesas Relacionadas (PDR).
- b) A atualização mensal do Teste de Avaliação de Passivos (TAP) entre as datas-bases de apuração é obrigatória, devendo ser informado o critério técnico utilizado no estudo atuarial.
- c) Atualização mensal do Teste de Avaliação de Passivos (TAP) entre as datas-bases de operação obedece a critérios definidos pela Susep.
- d) Espera-se que os critérios utilizados pela sociedade supervisionada no Teste de Avaliação de Passivos (TAP) estejam relacionados com os valores de provisões técnicas que tenham apresentado insuficiência no último teste realizado.

10) De acordo com orientações da Susep custos de aquisição são gastos ligados à celebração ou renovação de contratos de seguro, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro. Entre os gastos com custos de aquisição abaixo, assinale a opção que apresenta aqueles que são passíveis de diferimento.

- a) Gastos com remuneração da equipe de subscrição de risco.
- b) Gastos com emissão e envio de apólices aos segurados.
- c) Gastos com comissões pagas ao corretor.
- d) Gastos com consultas a agências de análise de crédito.

11) A Resolução CNSP nº 243/11 dispõe sobre as infrações e sanções aplicáveis no âmbito das atividades de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta de corretagem e auditoria independente.

Considerando os tipos de infrações previstas, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

Das infrações	Descrição da Infração
1. Contábeis	() Gerir a empresa de forma fraudulenta, em prejuízo dos sócios ou terceiros.
2. Societários	() Não observar a exigência de capital mínimo na forma da legislação.
4. Que afetam a solvência	() Não enviar à Susep, no prazo e na forma prevista na legislação, documentos referentes a nomeações de administradores, assembleias-gerais e a modificações na diretoria, no conselho de administração, no conselho fiscal ou assemelhado, bem como balanços, demonstrações financeiras e demais documentos que lhe forem solicitados.
4. Aos prestadores de serviços de Auditoria	() Realizar trabalhos de forma inepta ou fraudulenta e permitir que terceiros tenham acesso a informações a que tenha tido acesso em decorrência do exercício de atividade específica.
5. Demais infrações	() Não manter na matriz e nas filiais sucursais, agências e representações. Os registros exigidos com escrituração completa das operações realizadas.

A sequência **CORRETA** é:

- a) 2-4-5-3-1.
- b) 5-3-2-4-1.
- c) 3-5-2-4-1.
- d) 5-4-3-2-1.

UTILIZE AS INFORMAÇÕES ABAIXO PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES 12, 13 E 14.

A Resseguradora MKY S.A. é uma resseguradora local. A entidade apresentou as seguintes informações em suas demonstrações contábeis e registros auxiliares, as quais foram devidamente auditadas relativas a 31 de dezembro de 2015.

Valores em milhares
de reais

I. Patrimônio líquido contábil-composição	
1. Capital social = Capital base	60.000
2. Reservas de lucros	30.125
3. Ajustes com títulos e valores mobiliários	(498)
II. Capital de risco adicional	
4. Risco de subscrição	60.318
5. Risco de crédito	12.080
6. Risco operacional	3.820
III. Ativos – Composição por contas	
7. Caixa e equivalentes	18.652
8. Créditos das operações com resseguros	216.437
9. Despesas antecipadas não relacionadas ao resseguro	2.151
Participações societárias de caráter permanente:	
10. Em sociedades não financeiras	1.863
11. Em sociedades financeiras	1.050
12. Intangíveis	686
13. Custos de aquisição diferidos - resseguros	3.420
14. Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais – IRPJ-CSLL	6.122
15. Ativos diferidos	423
16. Bens – móveis e utensílios	1.512
17. Pedras preciosas e obras de arte	3.400
18. Ativo total líquido	-

12. Baseado nas informações, o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) é:

- a) 73.932.
- b) 74.982.
- c) 70.512.
- d) 72.420.

13. Baseado nas informações, o Capital Mínimo Requerido (CMR) é:

- a) 60.000.
- b) 76.218.
- c) 136.218.
- d) 16.218.

14) Baseado nas informações, o Ativo Total Ajustado requerido para fins de cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) é:

- a) 240.021.
- b) 236.601.
- c) 241.071.
- d) 238.509.

15) A seguradora MKY S.A. disponibilizou as seguintes informações e saldos de suas contas relacionadas com as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2015:

	Valores em milhares de reais
I. Fluxos de caixa	
1. Valor presente esperado dos fluxos de caixa decorrentes do cumprimento dos contratos comercializados	120.411
2. Caixa e equivalentes de caixa	53.126
II. Saldos das provisões técnicas	
3. Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)	32.353
4. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	12.461
5. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	27.129
6. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	11.002
7. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)	13.427
III. Ativos	
8. Ativos intangíveis diretamente relacionados com as provisões técnicas	2.902
9. Depósitos Judiciais - Tributos	524
IV. Custos	
10. Custos de aquisição passíveis de diferimento	1.608
11. Custos de aquisição não passíveis de diferimento	56

Com base nas informações, o resultado do Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é:

- a) 30.531.
- b) 19.529.
- c) 83.657.
- d) 33.433.

16. A Susep esclarece mediante Orientações do Mercado, os principais requisitos a serem observados na Auditoria Atuarial Independente. Sobre esse assunto, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção

CORRETA.

- I. Uma mesma pessoa pode exercer a função de membro responsável por uma auditoria atuarial independente e membro responsável por uma auditoria contábil independente, desde que tenha a qualificação necessária para cada especialidade.
- II. Os serviços de auditoria atuarial, como de auditoria contábil, podem ser prestados por uma mesma companhia ainda que a supervisionada seja a mesma.
- III. Desde que realizadas por equipes diferentes, uma empresa que presta consultoria em serviços atuariais, o responsável técnico para uma supervisionada pode prestar serviços de auditoria atuarial independente para a mesma supervisionada.
- IV. Não precisa justificar quando o contrato com a auditoria atuarial independente não for renovado por opção da auditoria ou por legalmente depender de processo licitatório.
- V. Há previsão legal de penalidade ao auditor atuarial independente, ainda que a responsabilidade pelo correto provisionamento e pelo cumprimento dos demais requisitos legais aplicados ao mercado de seguros, previdência, resseguros e capitalizações seja efetivamente da supervisionada.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, V, V, F, V.
- b) V, F, V, V, V.
- c) F, V, F, V, F.
- d) V, V, F, F, V.

17. Assinale a opção CORRETA:

- a) a apresentação do relatório de auditoria atuarial independente deve ser segregada em dois capítulos distintos: um para as operações de seguros – exceto Pessoas Individual
- b) – Vida, Dotais e VGBL; e outro para as operações de Previdência, Pessoas Individual – Vida, Dotais e VGBL.
- c) as supervisionadas que operam, exclusivamente, com DPVAT precisam contratar auditoria atuarial independente.
- d) todas as distorções apontadas no relatório de auditoria atuarial independente, ainda que imateriais, devem ser refletidas no parecer atuarial.
- e) mesmo não sendo verificada distorção no item auditado, há a necessidade de se detalhar o trabalho realizado no relatório de auditoria atuarial independente.

18) A Susep define os critérios mínimos para a estimação dos fluxos de caixa, atribuindo às supervisionadas o dever de elaborar um manual metodológico descrevendo as técnicas, premissas, procedimentos e critérios de materialidade adotados para a estimação dos fluxos. Sobre os fluxos de caixa, assinale a opção CORRETA.

- a) No cálculo do capital de risco de mercado deverão ser considerados os fluxos de caixa relativos a direitos e obrigações relacionados a operações de sucursais no exterior.
- b) As supervisionadas deverão incluir no cálculo do capital de risco de mercado os fluxos de caixa de direitos e obrigações referentes à fase de diferimento dos planos VGBL e PGBL.
- c) As supervisionadas deverão estimar os fluxos de caixa de instrumentos financeiros derivativos.
- d) Os fluxos de caixa utilizados para apuração do capital de risco de mercado deverão ser estimados, no mínimo, a cada fechamento do balancete semestral.

19. Assinale a opção INCORRETA:

- a) as supervisionadas deverão, a cada 5 (cinco) exercícios sociais completos, após emitidos os relatórios dos auditores contábeis independentes referentes às demonstrações contábeis encerradas na data base de 31 de dezembro, promover a substituição do auditor contábil independente e dos membros responsáveis pela auditoria contábil independente.
- b) fica facultado à Susep o direito de, a qualquer tempo, determinar a substituição do auditor contábil independente designado pela supervisionada.
- c) as supervisionadas não podem manter o auditor contábil independente, caso este substituir o membro responsável pela auditoria contábil independente.

se o auditor independente discordar das justificativas expostas pela supervisionada para sua substituição, este deverá encaminhar à Susep as razões de sua discordância.

20) De acordo com o disposto na Circular Susep nº 517/15, a Reserva de Contingência de Benefícios somente poderá ser constituída por entidades sem fins lucrativos, em base mínima de 50% (cinquenta por cento) do resultado de cada exercício, de forma cumulativa, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do somatório dos valores correspondentes ao respectivo exercício, das seguintes provisões técnicas:

- a) Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados; Provisão Complementar de Cobertura; Provisão de Sinistros a Liquidar e Provisão de Despesas Relacionadas.
- b) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder; Provisão Complementar de Cobertura; Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e Provisão de Sinistros a Liquidar.
- c) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos; Provisão Complementar de Cobertura; Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e Provisão de Excedentes Financeiros.
- d) Provisão Complementar de Cobertura; Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados; Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

21) A Circular Susep nº 517/15 dispõe sobre normas, procedimentos e demonstrações financeiras que são de uso obrigatório para algumas entidades. Com base na referida Circular, identifique abaixo essas entidades e, em seguida, assinale a opção

CORRETA.**I. EAPC.****II. Sociedades de capitalização.****III. Corretoras.****IV. Seguradoras.****V. Resseguradores do exterior.**

Estão **CERTAS** apenas as entidades:

- a) 1, 2 e 4.
- b) 1, 2, 3 e 4.
- c) 1, 4 e 5.
- d) e 4.

22. As supervisionadas poderão utilizar o seguinte procedimento contábil:

- a) optar pela atribuição de custo (*deemed cost*) na avaliação do seu ativo imobilizado.
- b) modificar o custo de aquisição dos seus ativos imobilizados e propriedades para investimento.
- c) classificar imóveis mantidos para aluguel a terceiros, como ativos intangíveis.
- d) considerar como equivalente de caixa, o investimento que na sua data de aquisição possui prazo de vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias.

23. De acordo com as normas da Susep a regra básica para fins de reconhecimento das receitas é o regime da competência.

A respeito dos procedimentos que podem ser adotados pela supervisionada, julgue os itens abaixo com os Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

- I. Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a emissão do prêmio/ contribuição ou a vigência do risco, o que ocorrer primeiro.**
- II. Para a contabilização das receitas das operações de capitalização cujo correspondente título seja contratado por meio de pagamento único, as receitas são diferidas no período compreendido entre o mês de sua emissão e o término de vigência.**
- III. Para a contabilização das receitas das operações de capitalização, cujo correspondente título seja contratado por meio de pagamento único, as receitas são reconhecidas integralmente no mês de sua emissão, suportado por estudo técnico da sociedade de capitalização comprovando a não relevância das despesas residuais relacionadas ao título.**
- IV. Para a contabilização das receitas referentes aos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos, o fato gerador é a data de vencimento de cada parcela.**

A sequência **CORRETA** é:

- a) V, V, F, F.
- b) V, V, V, F.
- c) V, F, V, V.
- d) V, F, F, V.

24) Para cada provisão técnica aplicável aos Resseguradores Locais, deve ser mantida documentação atualizada, mensalmente, contendo os controles analíticos, à disposição da Susep.

Relacione a Provisão Técnica descrita, na primeira coluna, com a obrigação de sua constituição, na segunda coluna, e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- | | |
|---------|---|
| 1. PPNG | () Deverá ser constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de seus contratos, caso haja sua provisão contratual. |
|---------|---|

2. PSL Deverá ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo.
3. PDR Deverá ser constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão.
4. PET Deverá ser constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros.
5. IBNR Deverá ser constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão.

25) O relatório circunstanciado sobre a adequação dos controles internos aos riscos suportados pela supervisionada deverá avaliar a sua eficácia e eficiência em relação aos riscos suportados, destacando as deficiências encontradas, levando em consideração os principais processos existentes na supervisionada e abordando o ambiente de controle, a avaliação de riscos, as atividades e procedimentos de controles, os processos de informação e comunicação e a monitoração.

Relacione os principais processos descritos, na primeira coluna, com o entendimento do que eles representam, na segunda coluna, e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

1. Ambiente de controle. Identificação e a análise dos riscos associados aos objetivos do negócio, tanto no âmbito da supervisionada, quanto no dos processos.
2. Avaliação de riscos. Processo(s) que avalia(m) a qualidade da performance do sistema ao longo do tempo, através de um acompanhamento contínuo das atividades, avaliações separadas, ou uma combinação dos dois.
3. Atividades de controle. Garante(m) a identificação, a captura e a comunicação das informações necessárias ao gerenciamento da supervisionada.
4. Processos de informação e comunicação. Políticas e os procedimentos que asseguram que as ações necessárias para gerenciar riscos sejam executadas adequadamente.
5. Monitoração. Cultura de controles da supervisionada na qual as atividades de negócio são executadas, especialmente a postura da supervisionada e a consciência de controles das pessoas que a compõe.

A sequência **CORRETA** é:

- e) 2-5-4-3-1.
- f) 4-1-3-2-5.
- g) 3-2-5-4-1.
- h) 1-3-2-5-4.

GABARITO

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)
Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades supervisionadas pela
Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)
18ª Edição – 2018**

Questão	Resposta
1	A
2	A
3	A
4	D
5	B
6	A
7	D
8	C
9	A
10	C
11	B
12	D
13	B
14	C
15	B
16	A
17	ANULADA
18	ANULADA
19	D
20	A
21	D
22	D
23	C
24	C
25	D

GABARITO

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)
Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades supervisionadas pela
Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)
17ª Edição – 2017**

Questão	Resposta
1	D
2	C
3	C
4	D
5	A
6	B
7	A
8	A
9	ANULADA
10	B
11	ANULADA
12	B
13	D
14	C
15	C
16	C
17	D
18	B
19	D
20	B
21	C
22	D
23	C
24	B
25	B

GABARITO

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO
CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI)
Prova específica para atuação em auditoria nas sociedades supervisionadas pela
Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)
16ª Edição – 2016**

Questão	Resposta
1	A
2	B
3	A
4	D
5	D
6	B
7	D
8	C
9	D
10	C
11	B
12	A
13	B
14	A
15	A
16	D
17	D
18	C
19	C
20	D
21	A
22	D
23	B
24	C
25	A

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **18º Exame de Qualificação Técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) SUSEP**, 2018. Disponível em <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/09/SUSEP_18-2.pdf> Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **17º Exame de Qualificação Técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) SUSEP**, 2017. Disponível em <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2020/06/SUSEP_17.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **16º Exame de Qualificação Técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) SUSEP**, 2016. Disponível em < https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/08/SUSEP_16.pdf >. Acesso em: 20 out. 2020

